



**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO
DAS METAS FISCAIS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2021**

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro de 2022, na Câmara Municipal de Vinhedo, às 10h00 deu-se início à Audiência Pública de Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do terceiro Quadrimestre de 2021, conforme convocação publicada no Boletim Municipal nos dias 09 de fevereiro, 16 de fevereiro e 23 de fevereiro de 2022 e no site da Prefeitura Municipal desde o dia 10 de fevereiro de 2022. Em virtude das restrições sanitárias, decorrentes da pandemia da COVID19, a presente audiência está ocorrendo com restrições de públicos presenciais, mas está sendo transmitida pelos canais da Câmara Municipal de Vinhedo, youtube e nas redes sociais. Os dados foram demonstrados, avaliados e divulgados de acordo com as premissas estabelecidas nos anexos de metas fiscais constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2021 e parágrafo 4º do artigo 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, onde o poder executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre. O presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos, Vereador Sr. Rodrigo Luglio agradeceu a presença dos Senhores Vereadores Tiago de Paula, Thiago Marra e Luiz Vieira, do Sr. Eduardo Josapha, Controlador Interno da Prefeitura Municipal, do Sr. Alberto Xavier de Camargo, Assessor Financeiro da SANEBÁVI, do Sr. Gustavo Cardoso F. Barbieri, Diretor Financeiro da SANEBÁVI, e do Sr. Claudemir A. F. Camargo, Diretor Contábil da Prefeitura Municipal e justificou a ausência por motivos de saúde da Secretária Municipal de Finanças e Economia, Sra. Deise de M. Gomes. Vereador Sr. Rodrigo Luglio comentou que a Audiência Pública tem como objetivo específica de recolher subsídios e informações para o processo de tomadas de decisões do executivo ou legislativo, proporcionar ao cidadão a oportunidade do mesmo encaminhar seus pleitos, sugestões e opiniões. Em seguida Vereador Sr. Rodrigo Luglio passou a palavra ao Sr. Eduardo Josapha, Controlador Interno da Prefeitura Municipal, que agradeceu a presença de todos e expôs todo o conceito formal dos itens e valores avaliados durante a audiência. Desta forma foram esclarecidos aos presentes, os conceitos de resultado primário, resultado nominal, receitas fiscais, despesas fiscais, entre outros. Foi esclarecido também, que os valores apresentados referiam se ao ente municipal, ou seja, abrangendo a administração direta e indireta do município. Foi avaliado primeiramente o resultado primário obtido no terceiro quadrimestre de 2021, apurado na ordem de R\$ 102.721.177,62. Foi exposto que este valor foi resultado das seguintes operações: neste período (3º. Quadrimestre) o ente municipal obteve uma receita bruta total na ordem de R\$ 603.809.904,24 que depois de efetuadas todas as deduções legais conforme legislação apurou-se uma receita fiscal líquida no período, na ordem de R\$ 596.766.320,47 sendo este valor a base de receita para apuração do resultado primário em avaliação. Neste mesmo período foi apresentado que o município executou uma despesa bruta na ordem de R\$ 510.528.456,40 e que depois de efetuadas todas as deduções legais igualmente definidas em legislação, apurou-se uma despesa fiscal líquida no período, na ordem de R\$ 494.045.142,85 sendo este valor a base de despesa para apuração do resultado primário do período em avaliação. Sabendo-se que o resultado primário é a diferença apurada entre receita fiscal líquida, deduzida da despesa fiscal líquida, demonstramos que o resultado primário obtido no terceiro quadrimestre de 2021 foi da ordem de R\$ 102.721.177,62. Considerando que o resultado primário projetado na LDO para o exercício de 2021 foi da ordem de R\$ 2.238.805,52, podemos observar que a execução do quadrimestre ficou além daquela projetada para o exercício. No entanto se considerarmos a movimentação de receitas e despesas fiscais do período de setembro a dezembro de 2021, iremos encontrar um superávit primário na ordem de R\$ 19.941.435,14, resultado decorrente de a arrecadação obtida no transcorrer do quadrimestre. Através do anexo denominado resultado nominal, foi demonstrado às disponibilidades financeiras e o estoque da dívida pública do município no encerramento do terceiro quadrimestre de 2021. Este anexo tem a finalidade de demonstrar a capacidade do ente municipal em amortizar suas dívidas, tendo como base a Dívida Fiscal

A
L

L

26

g
g

h
h



Líquida, que será obtida tomando-se por base o valor da dívida total, deduzida as disponibilidades financeiras. A dívida do Município está composta por: R\$ 115.779.698,96 referiam-se a dívida fundada e R\$ 11.227.788,83 a dívida flutuante. As disponibilidades financeiras e demais ativos de curto prazo por sua vez, foram da ordem de R\$ 122.431.018,82. Percebe-se que havia um crédito financeiro a maior, se deduzidos os restos a pagar e comparado com a dívida consolidada, na ordem de R\$ 115.779.698,96. Chegaremos então à conclusão de que o município dispunha de suficiência financeira no encerramento do terceiro quadrimestre. Foi esclarecido aos presentes que o resultado apurado está dentro das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que prevê para o exercício de 2021, uma dívida fiscal líquida na ordem de R\$ -1.464.414,60. A obtenção deste resultado foi decorrente da política fiscal da atual administração, voltada para a amortização de suas dívidas e contenção dos gastos públicos. Também foi exposto que o resultado nominal obtido no encerramento do terceiro quadrimestre em análise foi da ordem de R\$ -70.733.806,75. Com relação à aplicação mínima obrigatória no ensino de 25%, o município aplicou 30,03% dos recursos, ou seja, R\$ 145.034.835,00. Com relação à aplicação do FUNDEB, o município teve como recursos recebidos o valor de R\$ 67.931.590,00 deveria aplicar no mínimo 90% dos recursos recebidos no exercício para o magistério que seria R\$ 61.138.431, porém o município aplicou com o magistério o valor de R\$ 68.042.704,00. Com relação à aplicação mínima na saúde, o mínimo que o município deveria aplicar que são 15% ou seja, R\$ 72.161.008,00, o município aplicou o valor total de R\$ 122.197.597,00 (25,6%) das receitas de impostos e transferência de impostos. Com relação às despesas com pessoal, o município teve uma despesa líquida com pessoal no valor de R\$ 246.820.916,00 (41,41%) da receita corrente líquida que está dentro da lei de responsabilidade fiscal. Eduardo Josapha finalizou a sua palavra e passou a palavra ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos, Vereador Rodrigo Luglio que agradeceu a apresentação e imediatamente passou às palavras a mesa para que sanassem suas dúvidas com relação à apresentação dos dados. O Vereador e Relator da Comissão de Finanças e Orçamentos, Thiago Marra, que questionou o porquê de no ano de 2021 a secretaria de educação teve um aumento de 7,77% nas despesas em relação ao ano de 2020, sendo que em 2021 as escolas ficaram praticamente paradas pelo motivo da pandemia. Sr. Eduardo Josapha comentou que mesmo não havendo aulas no ano de 2021, as despesas com salários, limpeza e manutenção das escolas e ações de combate a COVID19 como cesta básica para os alunos não foram interrompidos e contratos com a educação não puderam ser interrompidos durante a pandemia. Continuando, Sr. Vereador Luiz Vieira questionou sobre o FUNDEB, que no final do ano de 2021 recebeu alguns questionamentos de servidores da educação a respeito da destinação do FUNDEB, disse que em algumas cidades a sobra do recurso foi distribuída entre os servidores da educação e o porquê do município de Vinhedo não ter repassados aos profissionais essa verba. Sr. Eduardo Josapha comentou que em Vinhedo a hora aula paga ao servidor é superior a vários municípios e superior ao piso do magistério e no nosso caso os valores recebidos do FUNDEB são insuficientes para realizar a folha de pagamento do magistério e a Prefeitura tem que fazer um complemento de no mínimo 40% além do recebido do FUNDEB, além de número maior de servidores per capita em relação a outros municípios. A aplicação mínima do FUNDEB é de 90% dos recursos recebidos no exercício e no nosso caso não houve essa sobra, pelo contrário o município teve que aplicar mais recursos próprios a cobrir as despesas com o magistério. Continuando o Vereador Tiago de Paula comentou sobre o nível de endividamento do município, parabenizando a Secretaria de Finanças e Economia pelo limite dos controles constitucionais. Comentou que investimos 30,03% na educação, 25,60% na saúde, acima dos limites constitucionais e mesmo assim aumentamos a nossa capacidade de investimentos necessários em nosso município, tais como obras, reformas em escolas, prédios da saúde, asfalto dentre outros. Com relação ao FUNDEB ficou claro pra ele que a folha de pagamento do magistério é insuficiente em relação aos recursos recebidos. Prosseguindo, o Vereador Sr. Rodrigo Luglio comentou que de acordo com os números apresentados, o município está bem estruturado e com relação à SANEB/AVI qual foi a receita e a despesa da Autarquia. Sr. Alberto X. de Camargo comentou que em 2021 a receita corrente foi de R\$ 43.332.000,00 a receita de capital de R\$ 5.759.000,00 totalizando uma receita de R\$ 49.091.000,00. As despesas correntes foram de R\$ 35.895.000,00, despesa de capital R\$



11.182.000,00, totalizando R\$ 47.077.000,00. Vereador Sr. Rodrigo Luglio comentou que houve uma evolução nas receitas em 2022 e se a Prefeitura tem um levantamento do total da verba arrecadada com a anistia fiscal findada em dezembro de 2021. Sr. Eduardo Josapha comentou que houve uma adesão, maior que o ano anterior, porém não como era o esperado e que posteriormente enviaremos os dados da SANEBAVI e da Prefeitura para a Comissão de Finanças e Orçamentos. A Prefeitura e SANEBAVI por enquanto não tem em mente uma prorrogação dos incentivos a população. Hoje a dívida ativa do município gira em torno de trezentos milhões de reais e que grandes devedores são responsáveis por quase cinquenta por cento dessa dívida. A Prefeitura tem em mente fazer um estudo sobre essa dívida para tentar propor algo interessante para o devedor e a Prefeitura. Continuando, Sr. Vereador Rodrigo Luglio comentou que com relação a despesas com pessoal, existe o concurso 1/2019 da Guarda Municipal o qual se pretendia realizar a contratação de vinte guardas municipais, sendo que foi impedido pela lei complementar nº 173/2020, findada em dezembro de 2021, hoje a Prefeitura tem condições de realizar a contratação desses guardas municipais sem que exceda o limite prudencial com as despesas de pessoal? Sr. Eduardo Josapha explicou que hoje nossa despesa líquida com pessoal está em 41,51% sobre a receita corrente, porém a Prefeitura está sem correção salarial desde 2019 e que em janeiro de 2022 o executivo fez um acordo com sindicato reajustando os salários dos servidores em 8,75% e que no próximo mês de maio de 2022 haverá dissídio coletivo do servidor público de Vinhedo, portanto deveremos aguardar até o mês de maio para analisarmos o impacto dos dois aumentos salariais na folha de pagamento do município e consequentemente analisarmos o limite máximo e o limite prudencial, antes do mês de maio não seria prudente realizarmos a contratação desses guardas, além do impacto na reformulação da carreira do médico. Após o mês de maio seria mais prudente analisarmos as receitas e as despesas com pessoal. Continuando, Sr. Vereador Rodrigo Luglio concedeu a palavra ao Sr. Thiago Almeida que está na plateia da Câmara Municipal o qual solicitou uma explicação sobre as "outras despesas correntes", o que está incluso nesta despesa e Sr. Eduardo Josapha comentou que se trata de despesas com remédios, merenda, despesas com manutenção, pagamento de água, energia elétrica, telefone, combustível, massa asfáltica, serviços de terceiros, coleta de lixo dentre outras e que estas despesas estão disponíveis no portal da transparência no site da Prefeitura ou poderá fazer uma solicitação através da lei de acesso a informação. Sr. Thiago Almeida também comentou que recentemente foi aprovada pela Câmara Municipal a reforma administrativa, qual o impacto nas despesas com essa reforma? Sr. Eduardo Josapha comentou que essa reforma atual não traz grande impacto financeiro porque foi uma reforma estrutural, apenas de novas nomenclaturas nas secretarias já existentes e não houve mudanças no regime de contratações trabalhistas que continua sendo CLT. Encerrando, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos, Vereador Sr. Rodrigo Luglio agradeceu a presença de todos e declarou por encerrada a presente Audiência Pública.



Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Audiência Pública, eu Claudemir A. F. de Camargo lavrei o presente Ata a qual foi considerada aprovada pelos presentes.

Vinhedo, SP, 25 de fevereiro de 2022.

Rodrigo A. Luglio

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos.

Eduardo Josapha

Controlador Interno Prefeitura Municipal Vinhedo

Alberto Xavier de Camargo

Assessor Financeiro da SANEBAVI

Claudemir A. F. Camargo

Diretor Contábil da Secretaria de Fazenda

Gustavo C. F. Barbieri

Diretor Financeiro da Sanebavi

Thiago Marra

Relator da Comissão de Finanças e Orçamentos

Flávio de Paula

Vereador

Luiz Vieira

Vereador